

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/12/2022 à 31/12/2022	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/12/2021 à 31/12/2021	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/12/2020 à 31/12/2020	13
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	59
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	807.080.529
Preferenciais	0
Total	807.080.529
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.511.643	1.525.108	1.543.488
1.01	Ativo Circulante	109.221	93.400	103.733
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.721	9.285	8.813
1.01.02	Aplicações Financeiras	71.939	35.542	63.431
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	71.939	35.542	63.431
1.01.02.01.03	Investimentos de Curto Prazo	71.939	35.542	63.431
1.01.03	Contas a Receber	22.431	44.597	28.662
1.01.03.01	Clientes	22.431	44.597	28.662
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.689	1.481	430
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.689	1.481	430
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.374	2.455	2.334
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	67	40	63
1.01.08.03	Outros	67	40	63
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	67	40	63
1.02	Ativo Não Circulante	1.402.422	1.431.708	1.439.755
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	67.184	56.858	47.778
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	60.512	47.322	34.781
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	60.512	47.322	34.781
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	2.083
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	2.083
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	6.655	7.922	9.190
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17	1.614	1.724
1.02.01.10.03	Outros Ativos	0	1.558	1.418
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	17	56	306
1.02.03	Imobilizado	1.309.529	1.348.087	1.382.516
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.306.376	1.344.678	1.378.632
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.153	3.409	3.884
1.02.04	Intangível	25.709	26.763	9.461

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.04.01	Intangíveis	25.709	26.763	9.461
1.02.04.01.02	Intangíveis	25.709	26.763	9.461

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.511.643	1.525.108	1.543.488
2.01	Passivo Circulante	114.115	94.970	105.350
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	731	528	534
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	731	528	534
2.01.02	Fornecedores	14.543	15.337	16.485
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.543	15.337	16.485
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.803	5.613	3.018
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.471	4.227	1.711
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	975	788	0
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	2.454	3.400	1.671
2.01.03.01.04	Outros	42	39	40
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.330	1.375	1.301
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	11	6
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	82.922	57.450	67.980
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	82.922	31.651	48.678
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	82.922	31.651	48.678
2.01.04.02	Debêntures	0	25.799	19.302
2.01.05	Outras Obrigações	6.566	7.598	7.177
2.01.05.02	Outros	6.566	7.598	7.177
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6.328	7.376	6.970
2.01.05.02.04	Arrendamentos	238	222	207
2.01.06	Provisões	4.550	8.444	10.156
2.01.06.02	Outras Provisões	4.550	8.444	10.156
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	55	488
2.01.06.02.04	Uso do bem público	1.909	1.566	1.566
2.01.06.02.05	Provisão para constituição de ativos	153	2.730	3.225
2.01.06.02.06	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.430	3.593	4.551
2.01.06.02.07	Credores diversos	58	500	326

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02	Passivo Não Circulante	430.190	490.552	526.700
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	405.202	468.621	512.393
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	405.202	193.367	241.278
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	405.202	193.367	241.278
2.02.01.02	Debêntures	0	275.254	271.115
2.02.02	Outras Obrigações	992	1.900	603
2.02.02.02	Outros	992	1.900	603
2.02.02.02.03	Arrendamentos	992	1.900	603
2.02.03	Tributos Diferidos	5.124	4.371	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.124	4.371	0
2.02.04	Provisões	18.872	15.660	13.704
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17	20	213
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	17	20	213
2.02.04.02	Outras Provisões	18.855	15.640	13.491
2.02.04.02.04	Uso do bem público	16.230	15.640	13.491
2.02.04.02.05	Provisão para constituição de ativos	2.577	0	0
2.02.04.02.06	Provisão para gastos ambientais	48	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	967.338	939.586	911.438
2.03.01	Capital Social Realizado	818.858	818.858	818.858
2.03.04	Reservas de Lucros	148.480	120.728	92.580
2.03.04.01	Reserva Legal	10.815	9.111	7.335
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	121.791	102.808	80.678
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	15.874	8.809	4.567

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/12/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	188.840	242.004	195.198
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-97.473	-127.030	-111.395
3.02.01	Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	-24.052	-21.438	-19.773
3.02.02	Outros custos operacionais	-16.296	-13.603	-12.890
3.02.03	Depreciação e amortização	-38.861	-38.430	-41.454
3.02.04	Uso do bem público - UBP	-368	-374	-375
3.02.05	Energia elétrica comprada para revenda	-11.222	-63.970	-31.074
3.02.06	Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos - CFURH	-6.674	-6.625	-5.829
3.02.07	(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão	0	17.410	0
3.03	Resultado Bruto	91.367	114.974	83.803
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.962	-2.130	-4.074
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.266	-3.224	-4.209
3.04.02.01	Depreciação e amortização	-346	-500	-297
3.04.02.05	Honorários da diretoria e conselho de administração	-76	0	0
3.04.02.06	Gerais e administrativas	-4.206	-2.367	-3.421
3.04.02.07	Pessoal	-638	-357	-491
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	304	1.094	135
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	86.405	112.844	79.729
3.06	Resultado Financeiro	-47.108	-69.020	-52.022
3.06.01	Receitas Financeiras	14.300	4.113	2.323
3.06.02	Despesas Financeiras	-61.408	-73.133	-54.345
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	39.297	43.824	27.707
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-5.217	-8.300	-3.231
3.08.01	Corrente	-4.464	-1.846	-1.940
3.08.02	Diferido	-753	-6.454	-1.291
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	34.080	35.524	24.476
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	34.080	35.524	24.476
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/12/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,0422	0,044	0,0303

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/12/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	34.080	35.524	24.476
4.03	Resultado Abrangente do Período	34.080	35.524	24.476

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/12/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	143.417	115.092	147.162
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	130.161	135.347	123.661
6.01.01.01	Lucro antes dos imposto de renda e contribuição social	39.297	43.824	27.707
6.01.01.02	Depreciação e amortização	39.575	39.304	42.151
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	295	12	37
6.01.01.05	Encargos de dívidas	58.028	68.942	52.276
6.01.01.06	Outras variações monetárias líquidas	5.846	3.516	1.552
6.01.01.07	Descontos financeiros obtidos	-13	-5	-5
6.01.01.09	Receita de aplicações financeiras	-14.287	-4.294	-1.239
6.01.01.11	Repactuação do risco hidrológico	1.267	1.268	1.268
6.01.01.12	Encargos de dívidas arrendamentos	117	127	82
6.01.01.13	Ingressos e reversos de provisão para contingências	-3	-193	-168
6.01.01.14	Extensão da concessão	0	-17.410	0
6.01.01.15	Baixa depósitos judiciais	39	256	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	17.720	-18.921	26.437
6.01.02.01	Impostos a compensar	-208	457	726
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-22	12	-10
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	-1.186	-121	-39
6.01.02.04	Outros ativos circulantes e não circulantes	1.558	239	575
6.01.02.05	Fornecedores	-781	-1.148	1.827
6.01.02.06	Salários e obrigações	203	-6	-63
6.01.02.07	Contribuições e impostos a recolher	-595	927	-2.301
6.01.02.09	Contas a receber de clientes	22.166	-15.935	28.419
6.01.02.10	Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-2.966	-958	-2.113
6.01.02.11	Partes relacionadas	-117	0	0
6.01.02.12	Provisão para compensação ambiental	-7	-433	-355
6.01.02.14	Outros passivos circulantes e não circulantes	-325	-1.460	-229
6.01.02.18	Provisão para constituição de ativos	0	-495	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/12/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020
6.01.03	Outros	-4.464	-1.334	-2.936
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-4.464	-1.334	-2.936
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.284	16.124	-61.438
6.02.01	Aplicações em títulos e valores mobiliários	-19.347	-15.553	-3.599
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-913	-3.130	-458
6.02.03	Aplicações no intangível	-10	-388	0
6.02.04	Resgate de investimentos de curto prazo	148.366	204.426	20.696
6.02.05	Aplicações em investimentos de curto prazo	-177.122	-174.011	-79.955
6.02.06	Resgate em títulos e valores mobiliários	10.742	4.780	1.878
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-103.697	-130.744	-87.707
6.03.03	Empréstimos tomados	102	0	0
6.03.04	Amortização principal e pagamento de juros de financiamento e debêntures	-96.077	-123.244	-79.566
6.03.06	Amortização principal e pagamento de juros de arrendamentos	-346	-530	-358
6.03.07	Pagamento de dividendos	-7.376	-6.970	-7.783
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.436	472	-1.983
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.285	8.813	10.796
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.721	9.285	8.813

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/12/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	818.858	0	120.728	0	0	939.586
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	818.858	0	120.728	0	0	939.586
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-6.328	0	-6.328
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.328	0	-6.328
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.080	0	34.080
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.080	0	34.080
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	27.752	-27.752	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.704	-1.704	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Especial para Incentivos Fiscais	0	0	7.065	-7.065	0	0
5.06.06	Lucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	18.983	-18.983	0	0
5.07	Saldos Finais	818.858	0	148.480	0	0	967.338

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/12/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	818.858	0	92.580	0	0	911.438
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	818.858	0	92.580	0	0	911.438
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-7.376	0	-7.376
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-7.376	0	-7.376
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.524	0	35.524
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.524	0	35.524
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	28.148	-28.148	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.776	-1.776	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Especial para Incentivos Fiscais	0	0	4.242	-4.242	0	0
5.06.06	Lucro RemanesceLucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	22.130	-22.130	0	0
5.07	Saldos Finais	818.858	0	120.728	0	0	939.586

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/12/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	807.081	0	84.553	0	0	891.634
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	807.081	0	84.553	0	0	891.634
5.04	Transações de Capital com os Sócios	11.777	0	-11.777	0	0	-4.672
5.04.01	Aumentos de Capital	11.777	0	-11.777	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	-4.672
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	24.476
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	24.476
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.804	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.224	0	0	0
5.06.05	Constituição de Reserva Especial para Incentivos Fiscais	0	0	4.566	0	0	0
5.06.06	Lucro RemanesceLucro Remanescente a Disposição da Assembleia	0	0	14.014	0	0	0
5.07	Saldos Finais	818.858	0	92.580	0	0	911.438

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/12/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/12/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/12/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	211.066	269.833	218.347
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	210.762	268.739	218.347
7.01.02	Outras Receitas	304	1.094	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-56.742	-87.304	-69.719
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-24.052	-21.438	-19.773
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.690	-61.187	-45.620
7.02.04	Outros	-4.000	-4.679	-4.326
7.03	Valor Adicionado Bruto	154.324	182.529	148.628
7.04	Retenções	-39.575	-39.304	-42.126
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.575	-39.304	-42.126
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	114.749	143.225	106.502
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.039	4.368	2.442
7.06.02	Receitas Financeiras	15.039	4.368	2.442
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	129.788	147.593	108.944
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	129.788	147.593	108.944
7.08.01	Pessoal	3.140	2.563	2.282
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.216	1.784	1.636
7.08.01.02	Benefícios	748	651	528
7.08.01.03	F.G.T.S.	176	128	118
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.624	36.026	27.534
7.08.02.01	Federais	30.624	36.026	27.534
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	61.944	73.480	54.653
7.08.03.01	Juros	58.145	69.069	52.358
7.08.03.02	Aluguéis	509	347	308
7.08.03.03	Outras	3.290	4.064	1.987
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.080	35.524	24.475
7.08.04.02	Dividendos	6.328	7.376	4.671
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	27.752	28.148	19.804

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, e as respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

Em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047.

A contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão. A Companhia possui 39,9 MWm contratados com a “Controladora” Alupar Investimentos S.A., no Ambiente Livre – ACL.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari em Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cujas entradas em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	145,5 MW (megawatts)

Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria Nº 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), a qual divulga, na forma do Anexo da Portaria, os valores revistos de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, a partir de 01 de janeiro de 2023, que passou a ser de 145,5 MW médios.

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo;
- (ii) Diretor de Gestão de Energia; e,
- (iii) Diretor Técnico

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Conselho fiscal**

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia não recebeu qualquer pedido de instalação de conselho fiscal pelos acionistas.

3. Desempenho econômico-financeiro

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021	Variação %
Receita operacional bruta	210.763	268.739	-21,6%
(-) Deduções da receita operacional	(21.923)	(26.735)	-18,0%
Receita operacional líquida	188.840	242.004	-22,0%
(-) Custos operacionais	(97.473)	(127.030)	-23,3%
Lucro bruto	91.367	114.974	-20,5%
(-) Despesas/receitas operacionais	(4.962)	(2.130)	133,0%
(-) Despesas/receitas financeiras	(47.108)	(69.020)	-31,7%
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	39.297	43.824	-10,3%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.464)	(1.846)	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(753)	(6.454)	-88,3%
Lucro líquido do exercício	34.080	35.524	-4,1%
Ativo total	1.511.643	1.525.108	-0,9%
Investimentos (*)	1.335.238	1.374.850	-2,9%

(*) O valor em investimentos refere-se a imobilizado e intangível.

Comentários relevantes

A Companhia registrou Receita Operacional Líquida de R\$ 188.840 no exercício de 2022, em comparação a R\$ 242.004 no exercício de 2021. A redução de 22,0% de um exercício para o outro ocorreu principalmente pela negociação de energia elétrica no ambiente livre (ACL e liquidações na CCEE).

Os custos operacionais do exercício de 31 de dezembro de 2022 apresentam redução de 23,3% se comparado com o exercício de 2021, justificada pela redução na compra de energia elétrica para revenda. As despesas/receitas operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam aumento de 133,0% quando comparado com o exercício de 2021, justificada principalmente pelo aumento na linha de serviços de terceiros.

O resultado financeiro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentam uma redução de 31,7% se comparado ao exercício de 2021, justificado principalmente pela redução das despesas financeiras atreladas ao índice dos juros sobre empréstimos e debêntures.

A provisão de imposto de renda e contribuição social correntes apresentam variações de acordo com o Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social - LAIR. A provisão do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionados ao reconhecimento da extensão da concessão que é realizada mensalmente de forma linear até o final da concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Devido ao fato da Ferreira Gomes Energia S.A., ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE Ferreira Gomes foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A, bem como de empréstimos e financiamentos captados junto a terceiros, incluindo a emissão de debêntures.

EBITDA

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	34.080	35.524
(+) Resultado financeiro	47.108	69.020
(+) Depreciação e amortização (*)	39.575	39.304
(+) IR/CS correntes	4.464	1.846
(+) IR/CS diferidos	753	6.454
(=) EBITDA	125.980	152.148

(*) Valor composto por depreciação, amortização, amortização de direito de extensão de concessão e amortização do UBP – Uso do Bem Público.

Endividamento

(Em milhares de Reais, exceto índice de endividamento líquido)

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(82.922)	(57.450)
Não circulante	(405.202)	(468.621)
Dívida total	(488.124)	(526.071)
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	143.172	92.149
Dívida líquida	(344.952)	(433.922)
Patrimônio líquido	967.338	939.586
Índice de endividamento líquido	0,36	0,46

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha em seu quadro 27 colaboradores.

5. Responsabilidade sócio ambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A. tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais e ambientais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: ações voltadas ao incentivo cultural, desenvolvimento social e econômico da região.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Abaixo destacamos alguns dos programas em andamento que tem como objetivo controle de aspectos ambientais da usina, mitigação de seus impactos socioambientais e geração de dados consistidos sobre o meio ambiente da região:

- Plano de Resgate de Ictiofauna;
- Programa de Monitoramento e Conservação da Ictiofauna;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Monitoramento de Invertebrados Aquáticos;
- Monitoramento de Macrófitas Aquáticas;
- Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas e Efluentes;
- Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico;
- Programa de Monitoramento da Fauna; e,
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Em seguida, citamos os programas cujo o público alvo são população residente no entorno da usina:

- Plano de Investimento Social;
- Programa de suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e do Sistema de Outorga dos Recursos Hídricos;
- Programa de Incentivo à Pesquisa;
- Programa de Educação Ambiental; e,
- Programa de Comunicação Social.

6. Auditoria Independente

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações contábeis, bem como de revisões das informações trimestrais (“ITR”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards (“IFRS”). Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela EY foram contratados para os exercícios de 2019 até 2023.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou “Companhia”), com sede localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma Companhia de capital aberto, constituída no dia 10 de agosto de 2010, com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, com potência instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes (“Contrato de Concessão”), que concedeu à Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos a partir da assinatura do respectivo contrato, ou seja, até 09 de novembro de 2045, podendo ser prorrogado, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, mediante requisição do concessionário e observadas as condições expostas na Legislação.

Ademais, em 02 de junho de 2022, a Companhia e a União celebraram o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi a extensão do prazo de vigência da outorga por mais 584 (quinhentos e oitenta e quatro) dias, ou seja, até 16 de junho de 2047.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, mediante indenização dos investimentos em imobilizado realizados e ainda não depreciados.

A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 11.

A Companhia está em plena operação comercial, conforme abaixo:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	48,5 MW (megawatts)
				252 MW (megawatts)	145,5 MW (megawatts)

Notas Explicativas

1 Contexto operacional – Continuação

Em 30 de novembro de 2022 foi publicada a Portaria N° 709/GM/MME que aprovou a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório “Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN”, de 22 de novembro de 2022, atualizado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética) e pelo MME (Ministério de Minas e Energia), a qual divulga, na forma do Anexo da Portaria, os valores revistos de Garantia Física de diversas usinas hidrelétricas, dentre elas a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, a partir de 01 de janeiro de 2023, que passou a ser de 145,5 MW médios.

Impactos do COVID 19

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelo modelo regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a Administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em relação aos investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A autorização para emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Declaração de Diretoria realizada em 24 de fevereiro de 2023.

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco com probabilidade de resultar em ajustes às demonstrações contábeis futuras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Contas a receber de clientes: valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 15 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Desreconhecimento

Ativo Financeiro

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativo

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação (09/08/2012), a valor presente, e a contrapartida na conta de Uso do bem público no passivo. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Extensão da concessão: A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga em novembro de 2021, conforme divulgado em nota explicativa 12, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047.

3.6 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;
- Transações na CCEE - Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%; e,
- Transações na CCEE - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3%.

Esses tributos são reconhecidos com base no regime de competência e deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 sendo alíquotas de 25% para imposto de renda, e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia obteve o incentivo fiscal aprovado pela SUDAM em 18 de setembro de 2017, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, com início no ano-calendário de 2017 e término em 2026. Durante a vigência do benefício, a Companhia deverá: a) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio-ambiente (art.14, inciso II da Lei nº 6.938/1981 e art. 3º do Decreto nº 94.075/1987); b) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício; c) observar a proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução. O reconhecimento do incentivo fiscal é realizado como redutor do passivo em contra partida ao imposto registrado no resultado do exercício.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento sob a extensão da concessão, que é realizado mensalmente de forma linear, até o final da concessão. Para o cálculo foi utilizado uma taxa média considerando o período do benefício fiscal Sudam.

3.7 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia têm a obrigação de aplicar 0,40% da Receita operacional líquida ajustada, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC e baixados conforme realização dos projetos.

3.8 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427/1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

3.9 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) a satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- I. Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes:
 - a) Suprimento de energia – ambiente regulado: a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 69% da garantia física, equivalente a 105 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2022 é de R\$ 136,64 (R\$ 124,39 em 2021) MW/h, reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de janeiro de 2015; e

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 39,9 MW médio, equivalente a 26% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2022 é de R\$ 229,56 (R\$ 209,70 em 2021) MH/h, reajustado pelo IPCA, e pelo período de suprimento de 17 anos contados a partir de janeiro de 2015.

- II. Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

3.12 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

Notas Explicativas

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.13 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações no CPC 27/IAS 16)

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1);
- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32/IAS 12).

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração 31/12/2022 e 31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundo fixo	-	7	4
Banco conta movimento	-	10.714	7.555
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	-	1.726
		10.721	9.285

As aplicações financeiras de liquidez imediata em 31 de dezembro de 2022 referem-se à aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Notas Explicativas**5 Investimentos de curto prazo**

	Remuneração média		31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021		
Fundo de Investimento - FI Energia	99,07% do CDI	98,85% do CDI	-	3.997
Fundo de Investimento - STA	102,06% do CDI	100,06% do CDI	71.939	31.545
			71.939	35.542

A Companhia aplica seus recursos no Fundo de Investimento STA Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração média		31/12/2022	31/12/2021
		31/12/2022	31/12/2021		
Aplicação pós fixada	BNDES	99,81% do CDI	98,96% do CDI	11.766	16.178
Aplicação pós fixada	Debêntures	99,81% do CDI	98,96% do CDI	48.746	31.144
				60.512	47.322

Aplicações em garantia do contrato de debêntures conforme instrumento particular de escritura da 3ª Emissão, que estabelece obrigatoriedade de constituição de reservas para conta O&M e serviço da dívida e, também, em garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., o qual estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato, no caso de insuficiência de saldo de recursos, na conta centralizadora. As reservas estão aplicadas no Banco Itáú.

7 Contas a receber de clientes

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado		15.062	13.663
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	7.197	28.859
Ajuste positivo CCEE		172	2.075
		22.431	44.597

Os montantes de suprimentos de energia elétrica ambiente regulado e ambiente livre (com Alupar), são constituídos pelos valores em aberto que serão recebidos a partir dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado.

Os valores da rubrica “Ajuste positivo CCEE” referem-se a valores a receber e aos montantes estimados e não faturados, que serão liquidados no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Notas Explicativas

7 Contas a receber de clientes – Continuação

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, visto que não há histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativo circulante</u>		
Prêmio de seguros - diversos	163	142
Prêmio de seguros - risco operacional	943	1.045
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.268	1.268
	2.374	2.455
<u>Ativo não circulante</u>		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	6.655	7.922
	6.655	7.922
	9.029	10.377

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

O registro inicial (R\$ 16.796 data base de dezembro de 2015) consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado, a ser apropriada em 13 anos e 3 meses contados a partir de janeiro de 2016.

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear deste custo de energia comprada. O saldo do montante repactuado líquido de amortização na data de 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 7.923 segregado entre circulante e não circulante (R\$ 9.190 em dezembro de 2021).

Notas Explicativas

9 Tributos e contribuições sociais a compensar

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais decorrentes majoritariamente de antecipação de Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	1.638	1.450
Outros	51	31
	1.689	1.481
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	975	788
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.330	1.375
Programa de Integração Social - PIS	435	605
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.019	2.795
Outros	44	50
	4.803	5.613

10 Imobilizado

O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2022:

	<u>Taxa média anual de depreciação</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Outros*</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
Imobilizado em serviço							
Terrenos	0,00%	16.708	659	245	-	-	17.612
Reservatórios, barragens e adutoras	2,14%	845.737	90	-	-	-	845.827
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,40%	140.646	-	-	-	(284)	140.362
Máquinas e equipamentos	2,75%	605.133	92	-	-	-	605.225
Veículos	0,00%	10	-	-	-	-	10
Móveis e utensílios	6,13%	2.441	72	-	-	-	2.513
Direito de uso sobre arrendamento	11,25%	3.045	-	-	(665)	-	2.380
Total do imobilizado em serviço		1.613.720	913	245	(665)	(284)	1.613.929
(-) Depreciação acumulada							
Reservatórios, barragens e adutoras		(128.026)	(18.075)	-	-	-	(146.101)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(24.407)	(3.439)	-	-	70	(27.776)
Máquinas e equipamentos		(114.540)	(16.644)	-	-	-	(131.184)
Veículos		(9)	(1)	-	-	-	(10)
Móveis e utensílios		(1.070)	(154)	-	-	-	(1.224)
Direito de uso sobre arrendamento		(990)	(268)	-	-	-	(1.258)
Total da depreciação acumulada		(269.042)	(38.581)	-	-	70	(307.553)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.344.678	(37.668)	245	(665)	(214)	1.306.376
Imobilizado em curso							
Adiantamento a fornecedores		1.087	-	-	-	-	1.087
Depósitos judiciais		2.322	-	(245)	-	(11)	2.066
Total do ativo imobilizado em curso		3.409	-	(245)	-	(11)	3.153
Total do imobilizado		1.348.087	(37.668)	-	(665)	(225)	1.309.529

*Outros refere-se a remensuração do arrendamento, proveniente da extensão de contrato de locação.

Notas Explicativas

10 Imobilizado – Continuação

O saldo remanescente de imobilizado em curso em 31 de dezembro de 2022 refere-se substancialmente a montantes em discussões judiciais de âmbito fundiário e de fornecedores.

Em 2022 os ativos imobilizados, que compõe a unidade geradora de caixa, foram submetidos à análise de recuperabilidade e não foram identificadas informações que resultam em reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

A análise foi realizada utilizando a metodologia do valor presente dos fluxos de caixa livres futuros para a Companhia, de forma a estimar o valor em uso frente ao seu valor atual contábil. Como premissas, foram consideradas as melhores projeções de longo prazo, aliadas a parâmetros macroeconômicos divulgados no mercado.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso são:

- Receita: atualização dos preços com base na projeção dos índices contratuais aplicáveis, e/ou com base em a parâmetros macroeconômicos divulgados de forma pública no mercado; e alocação da garantia física não negociada em contratos bilaterais como mercado livre;

- Alíquotas de tributos diretos: a Companhia considerou no período que se esperam que sejam aplicáveis os efeitos do benefício fiscal da SUDAM sobre o fluxo de caixa livre e a taxa de desconto até 2026 respeitando seu prazo de validade;

- Valor residual: perpetuidade não é aplicável, somente o valor residual do ativo imobilizado, haja visto que o ativo possui vida útil definida, alinhado ao contrato de concessão.

O fluxo de caixa livre foi projetado de forma nominal, até o final da concessão (2047) e a taxa de desconto média utilizada, em termos nominais, foi de 9,19%.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

Notas Explicativas

11 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2021	Adições	Saldo em 31/12/2022
Intangível em serviço				
Uso do bem público (i)	0,97%	12.059	-	12.059
Extensão da concessão (ii)	3,05%	17.410	-	17.410
Sotfware	3,89%	825	-	825
Outros intangíveis	3,89%	957	-	957
Total intangível em serviço		31.251	-	31.251
(-) Amortização acumulada				
Uso do bem público (i)		(2.685)	(367)	(3.052)
Extensão da concessão		(113)	(678)	(791)
Sotfware		(746)	(19)	(765)
Outros intangíveis		(957)	-	(957)
Total amortização		(4.501)	(1.064)	(5.565)
Intangível em curso				
Software		13	10	23
Total do ativo Intangível em curso		13	10	23
Total do intangível		26.763	(1.054)	25.709

(i) Passivo relacionado ao Uso do bem público

O montante registrado como “Uso do bem público” refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico, estabelecido em contrato de concessão, mensurado pelo custo histórico, descontado a valor presente para fins de reconhecimento inicial. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

Em relação à obrigação de uso do bem público (passivo relacionado), as parcelas mensais a serem recolhidas à União, equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual de R\$ 214 (valor original previsto em agosto de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA) até o 37º ano da concessão.

	31/12/2021	Ajuste AVP	Pagamentos	Transferência	31/12/2022
Passivo circulante	1.566	-	(1.803)	2.146	1.909
Passivo não circulante	15.640	2.736	-	(2.146)	16.230
	17.206				18.139

Notas Explicativas

11 Intangível – Continuação

(ii) Extensão da concessão

Em 09 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito.

Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

Em 14 de setembro de 2021, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.932 que homologou o prazo de extensão da outorga somente das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e que possuíam contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado com extensão do seguinte prazo e valor:

Extensão do prazo de outorga (dia)	Valor (R\$ mil)
584	17.410

A Administração assinou os Termos de Aceitação de Prazo de Extensão de Outorga e encaminhou à ANEEL em 05 de novembro de 2021, após aprovação dos seus órgãos de governança, efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos a suas respectivas outorgas em novembro de 2021, sendo reconhecido um intangível de extensão da concessão, cuja contrapartida está em recuperação de custo – extensão da concessão e será amortizado de forma linear durante o período remanescente da concessão, até junho de 2047.

Notas Explicativas

12 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	2.350	2.083
Materiais e serviços	11.307	11.612
Ajuste negativo CCEE	886	1.642
Total	14.543	15.337

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações assim como o Custo de Uso do Sistema de Transmissão - CUST são realizados sem envolvimento de operação de “forfait”.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

- a. Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

			31/12/2022			31/12/2021		
Encargos	Vencimento		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	23.424	696	24.120	23.252	713	23.965
BNDES - Subcrédito D	2,5%	15/12/2022	-	-	-	7.705	26	7.731
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	204	5	209	191	4	195
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	59.261	891	60.152	26.197	921	27.118
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(1.559)	-	(1.559)	(1.559)	-	(1.559)
Total			81.330	1.592	82.922	55.786	1.664	57.450
Moeda nacional - não circulante								
BNDES - Subcrédito A, B e C	2,34% + TJLP	15/04/2031	171.774	-	171.774	193.762	-	193.762
BNDES - Subcrédito E	TJLP	15/04/2031	1.498	-	1.498	1.594	-	1.594
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	15/12/2027	238.956	-	238.956	281.849	-	281.849
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(7.026)	-	(7.026)	(8.584)	-	(8.584)
Total			405.202	-	405.202	468.621	-	468.621
Total geral			486.532	1.592	488.124	524.407	1.664	526.071

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures – Continuação

BNDES

Em 28 de dezembro de 2012, a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610.

O contrato com o BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais instituem que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras: Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50% do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação. O ICP e o ICSD são índices requeridos anualmente.

Em 24 junho de 2022 a Companhia recebeu R\$ 102 referente ao saldo remanescente do sub-crédito “E” do contrato nº 12.213.901/068 junto ao BNDES.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes S.A.:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo, mas não se limitado a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- (c) As garantias constantes dos CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Conta Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures – Continuação

- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

3ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 (duzentos e dez mil e novecentos reais, em debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários). Tais cláusulas instituem que a Companhia deverá comprovar:

- Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e,
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,15 (um inteiro e quinze centésimos).

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures – Continuação

- b. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	Saldo Inicial 31/12/2021	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas (nota 22)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/12/2022
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	217.727	-	18.279	(23.313)	(16.799)	195.894
BNDES - Subcrédito D	7.731	-	96	(7.705)	(122)	-
BNDES - Subcrédito E	1.790	102	116	(196)	(103)	1.709
3º emissão de debêntures	308.967	-	37.979	(27.608)	(20.231)	299.107
(-) custo de captação - a amortizar	(10.144)	-	1.558	-	-	(8.586)
Total	526.071	102	58.028	(58.822)	(37.255)	488.124

	Saldo Inicial 31/12/2020	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas (nota 22)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	Saldo Final 31/12/2021
Moeda nacional						
BNDES - Subcrédito A, B e C	240.977	-	16.011	(23.251)	(16.010)	217.727
BNDES - Subcrédito D	49.464	-	927	(41.705)	(955)	7.731
BNDES - Subcrédito E	1.981	-	89	(191)	(89)	1.790
3º emissão de debêntures	299.652	-	50.357	(21.188)	(19.855)	308.966
(-) custo de captação - a amortizar	(11.701)	-	1.558	-	-	(10.143)
Total	580.373	-	68.942	(86.335)	(36.909)	526.071

- c. Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Principal	88.701	78.378	81.628	85.069	23.705	54.747	412.228
(-) custo de captação a amortizar	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(1.561)	(240)	(548)	(7.026)
	87.142	76.819	80.069	83.508	23.465	54.199	405.202

Notas Explicativas**14 Provisão para constituição de ativos**

Natureza	31/12/2021	Transferência	31/12/2022
Passivo circulante	2.730	(2.577)	153
Passivo não circulante	-	2.577	2.577
Total	2.730	-	2.730

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reavaliou a expectativa de liquidação dos passivos com constituição, e conforme a expectativa de desembolsos de caixa, a Companhia reclassificou para o passivo não circulante o montante R\$ 2.577.

15 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes dos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à:

(i) Demandas Trabalhistas: Um processo judicial de natureza trabalhista (dois processos em 31 de dezembro de 2021), de valor em risco aproximado de R\$ 17 (R\$ 20 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação da provisão é como segue:

	31/12/2021	Atualizações	Reversões	31/12/2022
Trabalhista	20	9	(12)	17

Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2022, merecem destaques as seguintes demandas:

Notas Explicativas

15 Provisão para contingências – Continuação

(i) Demandas Tributárias: Atualmente existem nove (cinco em 31 de dezembro de 2021) processos judiciais de natureza tributária com o valor em risco aproximado em R\$ 11.885 (R\$ 11.649 em 31 de dezembro de 2021).

Considera-se como relevante os processos abaixo relacionados:

Processo Administrativo nº 15746720203202021, trata-se de cobrança de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$ 10.050 (R\$ 9.560 em 31 de dezembro de 2021).

Processo Administrativo nº 10880903650201912, trata-se de reconhecimento do direito à restituição dos créditos de saldo negativo de IRPJ. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.089 (R\$ 1.667 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Demandas Cíveis e Ambientais: Atualmente existem dois mil quatrocentos e quinze processos judiciais de natureza cível (vinte processos em 31 de dezembro de 2021), de valor em risco aproximado em R\$ 276.890 (R\$ 182.682 em 31 de dezembro de 2021), com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, consideram-se como relevantes os processos abaixo relacionados:

Ação Civil Pública nº 00103807020164013100 (antigo n.º 00013863320168030006), proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. e outros, com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados ao evento. A ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautelar e Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo Ministério Público. A ação cautelar está em fase de recurso especial. Em decorrência do evento, objeto da ação civil pública, o Ministério Público Estadual proveu a Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da Companhia e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de Resposta à Acusação. O valor em risco não pode ser estimado.

Execução de Título Extrajudicial nº 00002067420198030006, proposta pelo Ministério Público Estadual contra a Ferreira Gomes por suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas 'f' e 'g' do TAC homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 001385-48.2016.8.03.00006. O valor em risco estimado é de zero (R\$ 16.387 em 31 de dezembro de 2021).

Execução de Título Extrajudicial nº 00023828020184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2. A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$ 162 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

15 Provisão para contingências – Continuação

Execução de Título Extrajudicial nº 00046934420184013100, trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face de Ferreira Gomes Energia S/A, fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2 (obrigação de fazer). A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco não pode ser estimado. (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021).

Auto de Infração Ambiental nº 013596 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAp, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 78.423 (R\$ 66.075 em 31 de dezembro de 2021).

Destacamos que a Companhia firmou em setembro de 2015, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 1) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAp até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 014689 A, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAp, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 96.140 (R\$ 81.004 em 31 de dezembro 2021).

Destacamos que a Companhia firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2) no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAp até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto.

Auto de Infração Ambiental nº 016154, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAp, por ter a Companhia, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 15.773 (R\$ 13.290 em 31 de dezembro de 2021).

Auto de Infração Ambiental nº 16158, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAp, por ter a Companhia, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$ 6.760 (R\$ 5.695 em 31 de dezembro de 2021).

Auto de Infração Ambiental nº 41971, lavrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Amapá, por ter a Companhia, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R\$ 6.146.

Notas Explicativas

15 Provisão para contingências – Continuação

“Ações JEC – Evento “apagão 2020”: Tratam-se de 2.395 ações de indenização por supostos danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, e diversas Companhias do Setor Elétrico, incluindo a controlada Ferreira Gomes Energia S.A., em decorrência de seu suposto envolvimento no “apagão” ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R\$ 73.377.

(iii) Demandas Trabalhistas: atualmente existe um processo judicial de natureza trabalhista (o mesmo em 31 de dezembro de 2021), de valor em risco aproximado em R\$ 878 (R\$ 773 em 31 de dezembro de 2021), com natureza de risco possível de perda.

(iv) Demandas Penais: atualmente existem sete processos de natureza penal, (cinco em 31 de dezembro de 2021), cujo o valor em risco não pode ser estimado. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados.

(v) Demandas Regulatórias: atualmente a Companhia é parte em um processo de ordem regulatória (mesmo em 31 de dezembro de 2021), R\$ 31 em 31 de dezembro de 2021 valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 00762951020144013400: Atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético.

Notas Explicativas

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2022
Ativo (i)					
Base de cálculo acumulada de Prejuízo Fiscal	13.658	(7.949)	5.709	(5.709)	-
Imposto de renda diferido	854	(496)	358	(358)	-
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	-	13	13	(13)	-
	854	(483)	371	(371)	-
Base negativa acumulada	13.658	(7.949)	5.709	(5.709)	-
Contribuição social diferida	1.229	(715)	514	(514)	-
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	-	19	19	(19)	-
	1.229	(696)	533	(533)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos	2.083	(1.179)	904	(904)	-
	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ Reversão	Saldo em 31/12/2022
Passivo (ii)					
Imposto de renda diferido - Extensão da Concessão	-	(3.718)	(3.718)	163	(3.555)
Imposto de renda diferido - diferenças temporárias	-	-	-	(30)	(30)
Contribuição social diferida - Extensão da Concessão	-	(1.557)	(1.557)	61	(1.496)
Contribuição social diferida - diferenças temporárias	-	-	-	(43)	(43)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivos	-	(5.275)	(5.275)	151	(5.124)
Total de Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.083	(6.454)	(4.371)	(753)	(5.124)

(i) Ativo

O Saldo em 31 de dezembro de 2021 era composto por prejuízos fiscais acumulados, cujo saldo foi utilizado no exercício de 2022.

(ii) Passivo

Este saldo é composto pelo reconhecimento da extensão da concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11 cujos valores são amortizados mensalmente.

A estimativa das parcelas de realização do passivo fiscal diferido é conforme o mapa abaixo:

Passivo	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
Estimativa de realização IRPJ diferido - Extensão	145	145	145	145	2.975	3.555
Estimativa de realização CSLL diferida - Extensão	61	61	61	61	1.252	1.496

Notas Explicativas**17 Partes relacionadas****17.1 Transações com partes relacionadas****(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.**

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<u>Ativo circulante - partes relacionadas</u>			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	7	7.197	28.859
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>			
Dividendos - Alupar Investimento S.A.		6.328	7.376
Fornecedores - AF Energia S.A		327	-
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		238	222
		6.893	7.598
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		992	1.900

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<u>Receita - partes relacionadas</u>			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	20	80.236	104.255
<u>Custo - partes relacionadas</u>			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimento S.A.	21	(7.029)	(55.767)
Serviços Tomados - AF Energia S.A (*)	21	(3.982)	(3.628)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.		(1.747)	(1.425)
Juros s/ arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		(117)	(127)
		(12.875)	(60.947)

(*) A AF Energia S.A., empresa controlada pela acionista Alupar Investimento S.A., possui contrato de prestação de serviço com a Companhia, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, controle do nível do reservatório, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

As transações comerciais entre partes relacionadas foram realizadas em condições acordados entre as partes.

A Ferreira Gomes Energia S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A. A Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

Notas Explicativas**17 Partes relacionadas – Continuação****17.2 Garantias**

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2022
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	197.601
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	299.108
Alupar	04/07/2016	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180220317 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	12/06/2017	23/06/2023	3.351	3.895

17.3 Remuneração da alta administração

De acordo o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 21 de abril de 2022, foi aprovada por unanimidade dos votos, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R\$ 42 para o exercício social de 2022, na forma prevista na Proposta da Administração. Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração para o exercício de 2022.

	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração da diretoria	(76)	-

Notas Explicativas

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 818.858.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
	Quantidades de ações ordinárias integralizadas	
Alupar Investimento S.A.	807.080.528	807.080.528
AF Energia S.A.	1	1
	807.080.529	807.080.529

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$10.815 em 31 de dezembro de 2022 e R\$9.111 em 31 de dezembro de 2021.

b. Reserva especial para incentivos fiscais

- Reserva decorrente da SUDAM que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração, totalizando R\$15.874 em 31 de dezembro de 2022 e R\$8.809 em 31 de dezembro de 2021.

c. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$121.791 em 31 de dezembro de 2022 e R\$102.808 em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

18 Patrimônio líquido – Continuação

d. Dividendos

- Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	34.080	35.524
Reserva legal	(1.704)	(1.776)
Subtotal	32.376	33.748
Reserva para incentivo fiscal	(7.065)	(4.242)
Dividendo mínimo obrigatório	(6.328)	(7.376)
Reserva de lucros retidos	(18.983)	(22.130)
Saldo de lucros do exercício	-	-
Dividendo por ação	0,0078	0,0091

19 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

	31/12/2022	31/12/2021
Numerador		
Lucro líquido do exercício	34.080	35.524
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	807.080.529	807.080.529
Resultado básico e diluído por ação ordinária R\$	0,0422	0,0440

Notas Explicativas

20 Receita operacional líquida

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita de geração de energia elétrica			
Suprimento de energia - ambiente regulado		125.678	114.418
Suprimento de energia - ambiente livre		269	26.662
Suprimento de energia - ambiente livre - partes relacionadas	17.1	80.236	104.255
Ajuste positivo CCEE		4.580	23.404
		210.763	268.739
Deduções			
PIS - Programa de integração social		(3.433)	(4.200)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(15.807)	(19.348)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(1.822)	(1.884)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(861)	(1.303)
		(21.923)	(26.735)
Receita operacional líquida		188.840	242.004

21 Custos e despesas operacionais

		31/12/2022		31/12/2021	
	Nota	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		(24.052)	-	(21.438)	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(6.674)	-	(6.625)	-
Utilização do Bem Público - UBP	11	(368)	-	(374)	-
		(31.094)	-	(28.437)	-
Custos gerenciáveis					
Doações, contribuições e subvenções		(408)	(280)	(188)	(164)
Energia elétrica comprada para revenda		(4.193)	-	(8.203)	-
Energia elétrica comprada para revenda - Partes relacionadas	17.1	(7.029)	-	(55.767)	-
(-) Recuperação de custo - Extensão da concessão		-	-	17.410	-
Seguros		(1.620)	(12)	(2.631)	(11)
Repactuação do risco hidrológico		(1.268)	-	(1.268)	-
Aluguéis		(356)	(153)	(247)	(100)
Pessoal		(2.933)	(638)	(2.642)	(357)
Honorários da diretoria e conselho de administração		-	(76)	-	-
Material		(652)	(511)	(637)	(637)
Serviços de terceiros		(2.883)	(2.766)	(1.888)	(1.212)
Serviços de terceiros - Partes relacionadas	17.1	(3.982)	-	(3.628)	-
Estorno de provisão para contingências		2	-	194	-
Outros tributos e taxas		(2.149)	(116)	(101)	(198)
Outras despesas		23	(368)	(567)	(45)
Outras receitas		-	304	-	1.094
		(27.448)	(4.616)	(60.163)	(1.630)
Depreciação e Amortização	10 e 11	(38.931)	(346)	(38.430)	(500)
		(38.931)	(346)	(38.430)	(500)
Total		(97.473)	(4.962)	(127.030)	(2.130)

Notas Explicativas

22 Resultado financeiro

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<u>Receitas financeiras</u>			
Receita de aplicações financeiras (*)		14.061	4.047
Juros s/ faturas a receber em atraso		225	-
Outras receitas financeiras		14	66
		14.300	4.113
<u>Despesas financeiras</u>			
Encargos de dívidas	13.b	(58.028)	(68.942)
Atualização monetária		(2.855)	(3.516)
Outras despesas financeiras		(525)	(675)
		(61.408)	(73.133)
Resultado financeiro		(47.108)	(69.020)

(*) O montante das receitas com aplicações financeiras estão líquidos dos impostos.

23 Imposto de renda e contribuição social

Nota	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	39.297	39.297	43.824	43.824
(-/+) Adições e/ou exclusões	1.294	1.290	(17.326)	(17.326)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	40.591	40.587	26.498	26.498
Compensação de prejuízo Fiscal 30%	(5.709)	(5.709)	(7.950)	(7.950)
Base de cálculo IRPJ e CSLL após compensação	34.882	34.878	18.548	18.548
IRPJ e CSLL	5.232	3.139	2.782	1.669
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 20/Mês - R\$ 240/Ano) 10%	3.464	-	1.831	-
Incentivos Fiscais	(7.371)	-	(4.421)	-
Outros ajustes	-	-	(15)	-
Total dos tributos correntes	1.325	3.139	177	1.669
Tributos Diferidos	358	514	482	697
Tributos Diferidos Extensão da concessão	(163)	(61)	3.718	1.557
Tributos Diferidos Diferenças Temporárias	43	62	-	-
Tributos diferidos	238	515	4.200	2.254
Total dos tributos	1.563	3.654	4.377	3.923
Alíquota efetiva	13,28%		18,94%	

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2022		31/12/2021			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
Ativo						
Caixa e bancos	10.721	10.721	7.559	7.559	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	-	-	1.726	1.726	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	71.939	71.939	35.542	35.542	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	60.512	60.512	47.322	47.322	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	22.431	22.431	44.597	44.597	-	Custo amortizado
	165.603	165.603	136.746	136.746		
Passivo						
Fornecedores	14.543	14.543	15.337	15.337	-	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	488.124	494.603	526.071	542.865	-	Custo amortizado
Uso do bem público	18.139	18.139	17.206	17.206	-	Custo amortizado
Provisão para constituição de ativos	2.730	2.730	2.730	2.730	-	Custo amortizado
	523.536	530.015	561.344	578.138		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

O valor justo de caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores e uso do bem público se aproximam do seu respectivo valor contábil, assim a divulgação destes permanecem inalterados.

Empréstimos e financiamentos: BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas; e

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

3º emissão de debêntures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Hierarquia do valor justo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros***Análise de sensibilidade de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo***

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	31/12/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,32%	7,97%	10,63%	13,29%	15,95%
Investimentos de curto prazo	CDI	71.939	3.827	5.734	7.647	9.561
Títulos e Valores mobiliários	CDI	60.512	3.219	4.823	6.432	8.042

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção dos indexadores TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2022*	Cenário I (-50 %)	Cenário II (-25 %)	Cenário provável	Cenário III (+25 %)	Cenário IV (+50 %)	
			2,24 %	3,36 %	4,48 %	5,60 %	6,72 %	
3º emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	298.217	26.407	29.963	33.519	37.075	40.631
			3,69 %	5,53 %	7,37 %	9,21 %	11,06 %	
BNDES subcrédito (A, B, C)	TJLP +	2,34%	195.198	11.939	15.615	19.290	22.966	26.662
BNDES subcrédito E	TJLP +	0,00%	1.702	63	94	125	157	188

(*) Refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Notas Explicativas

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação

Risco Hidrológico

A combinação dos três fatores (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos, em 19 de janeiro de 2016, a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92.

Risco de Descontratação

Atualmente, todos os recursos da Companhia estão vendidos para o ACR e ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pela Administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

Notas Explicativas**24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos – Continuação**

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	3.881	1.333	9.329	-	-	14.543
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.161	76.761	87.142	240.398	77.662	488.124
Uso do bem público - UBP	477	1.432	1.909	5.726	8.595	18.139
Total	10.519	79.526	98.380	246.124	86.257	520.806

Gestão de capital

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(82.922)	(57.450)
Não circulante	(405.202)	(468.621)
Dívida total	(488.124)	(526.071)
Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos valores mobiliários	143.172	92.149
Dívida líquida	(344.952)	(433.922)
Patrimônio líquido	967.338	939.586
Índice de endividamento líquido	0,36	0,46

25 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 743 e R\$ 648 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

Notas Explicativas

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2022.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	1.528.636	2.037	18/06/2023
Risco de responsabilidade civil geral	700.000	306	18/06/2023
Seguro de Riscos Patrimoniais	2.430	27	18/06/2023
Total	2.231.066	2.370	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias- primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado na Usina.

* * *

Contadora
 Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Ferreira Gomes Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

Conforme divulgado na nota explicativa 10 às demonstrações contábeis, o saldo do ativo imobilizado da Companhia monta a R\$ 1.309.529 mil, o qual está sujeito à avaliação periódica sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável. A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas, cuja realização é afetada por projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, conseqüentemente, no montante registrados nas demonstrações contábeis.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar a revisar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e preço da energia gerada; e (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente. Também revisamos as divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas às demonstrações contábeis sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 10 são aceitáveis, no contexto das demonstrações

contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em

nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O

Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Eduardo Fucs
Diretor Financeiro, Administrativo e Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor de Gestão de Energia

Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Eduardo Fucs
Diretor Financeiro, Administrativo e Relações com Investidores

Eduardo Henrique Alves Pires
Diretor de Gestão de Energia

Jorge Francisco Manica Pires
Diretor Técnico